

A construção da confiança

Publicação: [Cadernos do Lumiar Nº5](#)

Data de Publicação: 1995

Em 1977, Portugal e Espanha pediram a adesão à Comunidade Europeia. O longo período de negociações que então se iniciou, no mês de Outubro, bem como o constante contacto entre as entidades políticas dos dois países, não era de todo compatível com a manutenção da relação de ignorância mútua. Mais do que partilhar a pertença às mesmas organizações internacionais, Portugal e Espanha foram obrigados a falar entre si, a articular posições e a resolver diferendos. No entanto, a prática do diálogo não foi rapidamente adquirida, muito menos a procura de posições concertadas. A convivência entre os dois países, tanto em termos bilaterais como no seio das instituições europeias, é um processo longo e sinuoso, fértil em avanços e retrocessos.

A opção pela Europa

A opção europeia de Portugal e de Espanha tem, para ambos os países, um duplo significado, interno e externo. Internamente, o suporte fornecido pelas instituições europeias aos dois países foi muito importante para a consolidação da democracia.

Os partidos democráticos dos dois países fizeram da aproximação às estruturas europeias um dos seus maiores trunfos políticos e o sucesso eleitoral do Partido Socialista em Portugal e da UCD em Espanha deveu-se em grande parte ao apelo europeu. Este suporte europeu, por outro lado, era do interesse dos regimes democráticos da Europa ocidental, nada interessados na existência de regimes extremistas na Península Ibérica. Portugal e Espanha fizeram, a 28 de Março e 28 de Julho de 1977, respectivamente, o pedido de adesão à Comunidade Europeia. A integração na Europa comunitária era considerada como fundamental, em termos políticos, para a consolidação efectiva da democracia e, em termos económicos, para a prossecução das reformas económicas tendo em vista a liberalização da economia e a inserção internacional.

Externamente, a opção europeia significava o fim de décadas de isolacionismo, mais pronunciado em Espanha do que em Portugal, uma vez que este era já membro da NATO e da EFTA. No entanto, a participação portuguesa nestas instituições (sobretudo no que diz respeito à EFTA) tinha razões bastante pragmáticas: Salazar rejeitava

categoricamente a ideia de uma integração política na Europa ocidental, mas considerava relevantes as vantagens económicas que daí poderiam advir. Assim, o pedido de adesão à Comunidade significava muito mais do que uma opção económica: implicitamente, Portugal e Espanha comprometiam-se a participar num projecto político europeu. Por seu turno, a Comunidade Europeia compreendeu o alcance político do pedido, designadamente a importância que a adesão tinha para a consolidação dos respectivos processos democráticos, tal como, aliás, já tinha feito com a Grécia. No entanto, e ao contrário do que sucedeu com o pedido de adesão desta, a Comunidade Europeia decidiu que Portugal e Espanha deveriam aderir ao mesmo tempo, se bem que o processo negocial fosse somente paralelo. Esta decisão foi tomada, por um lado, tendo em consideração que a adesão simultânea simplificaria a adaptação das estruturas comunitárias ao alargamento e, por outro lado, respeitava a vontade de alguns Estados membros de não privilegiar uma candidatura em relação à outra.

A junção dos processos não foi muito bem aceite por Portugal. Tanto em termos económicos como políticos, a negociação paralela poderia implicar um esvaziamento da candidatura portuguesa, que se veria integrada numa «candidatura, ibérica», e o iberismo continuava a ser um dos fantasmas portugueses. Por outro lado, é certo que a candidatura espanhola era bastante mais complicada do que a portuguesa, com alguns dossiers particularmente difíceis (nomeadamente na agricultura), o que poderia atrasar substancialmente a data de adesão. A posição oficial portuguesa foi a de que, dado que as negociações respeitavam o mérito próprio de cada candidatura, os processos não deveriam ser confundidos, nem quanto às soluções nem quanto aos calendários e, sobretudo, a candidatura portuguesa não deveria ficar prejudicada por eventuais demoras no processo espanhol.

Apesar de ter eventualmente atrasado a entrada de Portugal, o facto de as negociações terem decorrido paralelamente beneficiou as relações entre os dois Estados. A adesão simultânea permitiu que o estatuto que deveria regular as relações entre ambos na fase de transição fosse negociado bilateralmente. O Protocolo n.º 3, assinado a par do Tratado de Adesão, tinha em consideração a necessidade de favorecer reequilíbrios entre as duas economias no período de transição, nomeadamente no que respeita às trocas comerciais, cujo saldo era sistematicamente negativo para Portugal.

Por outro lado, a necessidade de conciliar posições face às exigências comunitárias, a própria habituação a uma prática de diálogo constante, característica das instituições comunitárias, constituiu um factor importante para o estabelecimento de uma relação de confiança e para a institucionalização do diálogo e da cooperação entre os dois Estados.

Em termos políticos, a entrada simultânea de Portugal e da Espanha era praticamente impossível de evitar. Nenhum Estado europeu aceitaria de bom grado que um se tornasse membro e o outro não. O equilíbrio da Península Ibérica seria muito afectado por uma decisão desse tipo e a consolidação da democracia seria certamente um processo mais problemático.

Quando na génese da Comunidade Europeia esteve a necessidade de pôr fim aos conflitos entre Estados europeus, era impensável, através de um alargamento, acentuar a peculiaridade das relações entre Portugal e Espanha. Pelo contrário, a adesão simultânea deveria contribuir para o reforço das relações bilaterais e para o superar de desentendimentos e ignorâncias mútuas.

A reaprendizagem do diálogo

Na sequência dos processos de transição democrática, pareciam estar criadas as condições para uma normalização das relações bilaterais. No entanto, esta normalização, concretizada na assinatura, em 1977, do Tratado de Amizade e Cooperação, traduziu-se na manutenção das características habituais: ignorância e desconfiança. As declarações de boas intenções continuam a ficar confinadas ao papel. Só em 1982, como vimos, com a consolidação dos dois regimes democráticos, se torna possível uma maior canalização de energias para as relações externas e a concentração de esforços no processo negocial em curso entre os dois Estados e a Comunidade Europeia.

O antigo ministro das Relações Exteriores de Espanha, Fernando Morán, classifica as relações com Portugal como o capítulo mais escorregadio da acção diplomática espanhola, devido à tradicional atitude defensiva portuguesa em relação a tudo o que vem do seu vizinho, mas também porque Portugal está normalmente fora do campo de preocupações da Espanha, que somente lhe dedica alguma atenção quando existem problemas concretos. Segundo ele, é só em 1983, com a simultaneidade de socialistas no governo dos dois países, que a atitude defensiva portuguesa começa a atenuar-se. Mas, nessa altura, já as autoridades dos dois países estavam conscientes de que o quadro das futuras relações derivaria da integração comunitária e de que o sucesso da integração implicava igualmente a melhoria das relações bilaterais.

Desta forma, o desenvolvimento efectivo das relações luso-espanholas após a opção europeia conhece duas fases distintas: a primeira, entre 1983 e os finais de 1991, caracteriza-se essencialmente pela continuação de uma atitude de desconfiança política portuguesa em relação a Espanha, acompanhada pela divergência de posições

no contexto europeu; a segunda, desde a cimeira de Maastricht até 1993, é a fase da plena convergência.

Os primeiros passos

O desbloqueamento das relações bilaterais luso-espanholas, com a substituição da retórica pela procura real de entendimento, inicia-se em 1983, com a realização da primeira cimeira ibérica, que tem como protagonistas Mário Soares e Felipe González. Nas duas primeiras cimeiras (Novembro de 1983 e Maio de 1985) definiram-se regras de relacionamento básicas e a preparação da adesão à Comunidade. A partir de 1986, ano da adesão, as cimeiras passam a realizar-se anualmente. A institucionalização das cimeiras é um dado importante, sobretudo na medida em que estabelece um espaço de diálogo para além da retórica. A agenda das cimeiras, nesta fase, é quase exclusivamente composta por questões bilaterais (acordos fronteiriços, liberalização comercial de alguns sectores, vias rodoviárias e ferroviárias).

Um dos problemas que se coloca logo em 1983 é o nome da cimeira: Portugal continua a opor-se à qualificação de «ibérica», situação que ainda hoje se mantém (preferindo a designação luso-espanhola). Qualquer referência a iberismo continua a ser associada, em diversos sectores portugueses, com perda de identidade e submissão face a Espanha.

Nesta altura, importa não esquecer, um novo factor se tinha adicionado à precaridade das relações. Com a entrada da Espanha na NATO, Portugal sentiu-se ameaçado pelas suas possíveis ambições geoestratégicas. Pela primeira vez na História, Portugal enfrentava a situação peculiar de pertencer ao mesmo sistema de alianças que a Espanha, quando a sua política de alianças internacionais tivera sempre como pedra de toque a diferenciação das funções estratégicas dos dois territórios peninsulares. Por outro lado, a entrada da Espanha na NATO veio pôr seriamente em causa o mito da relação privilegiada com os Estados Unidos, que já tinha ficado muito abalado com a celebração do Tratado Hispano-Americano de 1976.

Portugal via-se na situação curiosa de partilhar com a Espanha a pertença a uma organização de defesa, ao mesmo tempo que, para alguns sectores portugueses, nomeadamente militares, a Espanha continuava a ser a ameaça.

A preocupação central de Portugal, durante os anos oitenta, continua a ser a diferenciação em relação a Espanha, tanto na NATO como na Comunidade Europeia. Em 1988, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, analisando a inserção da Espanha na NATO, e embora afirmando que, do ponto de vista

desta organização, a participação espanhola era importante, salientava a necessidade de preservar os legítimos interesses de Portugal. A desconfiança face ao país vizinho era ainda muito grande, o que implicava que fosse «impensável admitir que a Espanha, que durante muito tempo ocupou no pensamento estratégico português o lugar de "inimigo mais plausível" passasse a ocupar o lugar de "protector mais plausível».

Para lá da retórica, a participação comum na NATO e na Comunidade Europeia altera a relação tradicional com Espanha, já que passam a existir zonas de interesse comum no plano multilateral que justificam e requerem uma coabitação diferente. A estratégia portuguesa nesta altura ficou conhecida como «chegar a Madrid via Bruxelas», ou seja, incluir a relação luso-espanhola num quadro de solidariedade comunitária e afastá-la de um possível quadro de solidariedade peninsular. Se era imprescindível superar a tradicional frieza, tal não poderia significar ceder à Espanha em qualquer domínio e, nesse sentido, as relações deveriam desenvolver-se num quadro comunitário estrito. As autoridades portuguesas continuam a salientar a prudência que deve pautar as relações peninsulares: «a nova intimidade peninsular tem limites naturais. Em caso algum a nossa relação com Espanha pode ou deve conduzir a um esbatimento da nossa identidade como país, da nossa personalidade cultural ou da nossa economia num todo mais vasto, nem limitar a autonomia e especificidade da nossa acção externa».

Mas, a partir de 1986, a dinâmica da integração tende a contrariar as atitudes defensivas portuguesas e uma nova realidade peninsular começa a tomar forma. O carácter peculiar da relação luso-espanhola antes da adesão era demonstrado por outro indicador, até aqui não referido: a reduzida expressão da relação comercial. De facto, para países vizinhos, e sendo, ainda por cima, a Espanha o único país com o qual Portugal tem fronteiras terrestres, as relações comerciais eram anormalmente reduzidas e nunca foram igualmente muito pacíficas. Para além disso, o grau de abertura da economia portuguesa, em contraste com o forte protecçãoismo espanhol, provocava a existência de um elevado défice português nas trocas comerciais. Esta situação já tinha sido alvo de negociações, mais concretamente no quadro do Anexo P ao Acordo Comercial Multilateral celebrado entre a Espanha e os países da EFTA em 1979, e é igualmente objecto de um protocolo adicional ao Tratado de Adesão.

Logo em 1986, as trocas comerciais começam claramente a crescer, até que, em 1992, a Espanha atinge o lugar de primeiro parceiro comercial português, sendo a principal fonte de importações e o segundo país de destino das exportações. Em 1986, as exportações portuguesas para o mercado espanhol crescem cerca de 78 por cento, aumentando as importações em 60,3 por cento. Este incremento das relações

comerciais tem como causa evidente a adesão dos dois países em simultâneo à Comunidade. Apesar de se manterem boas taxas de crescimento nos anos seguintes, nunca voltam a alcançar valores tão expressivos. O mesmo comportamento revela o investimento directo espanhol em Portugal que, a partir de 1986, começa igualmente a crescer de forma muito regular, registando-se somente uma ligeira quebra em 1988. É certo que o crescimento das relações comerciais continua a ser bastante desequilibrado, mantendo-se o défice português muito elevado.

Também ao nível do investimento, sobretudo a partir do mercado único, se registam enormes diferenças e, actualmente, cerca de um terço do investimento directo estrangeiro tem origem em Espanha. Da mesma forma, o investimento directo português tem em Espanha o principal destino. Este rápido desenvolvimento das relações económicas está, agora, a gerar algum desconforto em Portugal, como veremos mais à frente.

A manutenção da reserva portuguesa face a Espanha era reforçada pelas diferentes percepções dos dois países face ao desenvolvimento do processo europeu. Portugal aceitou, desde o início, a dimensão política da Comunidade Europeia, mas não se mostrou particularmente interessado em reforçá-la. Aliando-se frequentemente às posições do Reino Unido na recusa do aprofundamento político do processo europeu, a participação portuguesa pode ser considerada como «eurocéptica».

Relativamente às questões de segurança e defesa, a posição portuguesa caracterizou-se essencialmente pela defesa intransigente do papel da NATO na segurança europeia. O pedido de adesão de Portugal à União da Europa Ocidental, feito em 1984, inseriu-se no quadro das opções europeias de Portugal. À decisão de participação no processo europeu, associou-se a afirmação do compromisso português de participar na segurança e defesa da Europa. Tal afirmação não se traduziu, no entanto, numa actuação conducente a transformar a UEO numa estrutura de defesa autónoma, tendo as autoridades portuguesas a preocupação de compatibilizar a sua participação nesta organização com a manutenção da predominância dada à NATO: «a adesão de Portugal à UEO ilustra também o interesse com que Lisboa acompanha e deseja intervir na elaboração de conceitos e planos que conduzam a uma participação mais activa e significativa dos aliados europeus na defesa colectiva dentro da NATO.

A Espanha, pelo contrário, demonstrou, desde a adesão, um grande empenhamento na construção da Europa política, alinhando mais com as posições do eixo franco-alemão. Mostrou-se disposta a aceitar o reforço da supranacionalidade e mesmo a eventual

criação de uma Europa federal, defendeu uma maior coordenação em matéria de política externa e de segurança e a competência da Comunidade em matéria de defesa.

As diferentes opções políticas dos dois países face às perspectivas de desenvolvimento da construção europeia não impediram, no entanto, o desenvolvimento da cooperação peninsular em áreas de interesse comum. Após a adesão em 1986, Portugal e Espanha encontram-se basicamente na mesma situação face à participação na Comunidade. Ambos são países do sul, com um grau de desenvolvimento económico semelhante e muito inferior àquele em que se encontra a maioria dos Estados membros, necessitando por isso de fortes apoios comunitários.

Em termos do relacionamento externo, Portugal e Espanha trazem à Comunidade novas perspectivas, fruto das suas relações tradicionais com outras regiões, das quais se destaca a América Latina, região em relação à qual Portugal e Espanha têm congregado esforços significativos, contribuindo decisivamente para o reforço das relações entre as duas regiões.

União Europeia, unidade ibérica

Em 1991, o futuro da Comunidade Europeia decide-se à mesa das conferências intergovernamentais. À conferência intergovernamental sobre a união económica e monetária junta-se a CIG sobre a união política, pois após os acontecimentos de 1989, finda a guerra fria, há uma percepção global de que a Comunidade Europeia tem que sofrer alterações profundas, para que lhe seja possível responder eficazmente a todos os novos desafios que se lhe deparam. O desmembramento do bloco de leste, o início dos processos de transição democrática, a unificação alemã, exigem da Comunidade um esforço redobrado e o desempenho de um novo papel na Europa.

As posições portuguesas e espanholas relativamente aos principais pontos em agenda no começo da CIG são muito distintas. Portugal aceita a moeda única, recusa o reforço dos poderes Parlamento Europeu, aceita a política externa e de segurança comum, mas condiciona a votação por maioria qualificada à paridade nas votações (um Estado, um voto), mantém-se muito reticente perante a criação de um pilar europeu de defesa, defende a coesão económica e social e a cidadania europeia, recusa liminarmente o objectivo federal.

A Espanha, por seu lado, aceita a moeda única, o reforço de poderes do Parlamento Europeu, aceita o princípio da maioria qualificada na PESC, apoia a criação do pilar europeu de defesa, ameaça bloquear o acordo se no Tratado não estiver consagrada a coesão económica e social e aceita o objectivo federal.

Como se pode verificar, as linhas de fractura situavam-se essencialmente no domínio político. A vocação federal da Europa, tal como constava da proposta de tratado apresentada pela presidência luxemburguesa, era vista posições por Portugal, tal como pelo Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda, como uma transferência inaceitável de poderes para Bruxelas. Portugal mantinha, ao lado do Reino Unido, a mesma reserva prudente face aos novos passos de transformação da UEO em pilar da segurança europeia, defendida pelo eixo Paris-Bona e por Madrid. Aceitaria o reforço do papel da UEO mas apenas enquanto pilar europeu da NATO.

Ao aproximar-se a cimeira de Maastricht, a posição portuguesa sofre uma considerável mudança. O governo português percebe que lhe será difícil continuar ao lado do Reino Unido na recusa do aprofundamento político da Comunidade. A alteração das posições portuguesas tem também na sua origem o facto de, a 1 de Janeiro de 1992, se iniciar a presidência portuguesa. Portugal não estava interessado no prosseguimento da CIG, o que sucederia na falta de um acordo em Maastricht. No entanto, a sua falta de convicção europeísta impediu-o de alinhar ao lado do pelotão mais federalista, onde a Espanha se inseria.

O Tratado da União Europeia não é, no entanto, difícil de aceitar pelas autoridades portuguesas. Portugal vê consagrada no Tratado a coesão económica e social e a cidadania europeia, atingindo portanto os seus objectivos centrais. Por outro lado, a divisão formal do Tratado em pilares, transformando-se a Comunidade Europeia no primeiro pilar, que é o único com instituições verdadeiramente supranacionais, significa que a política externa e de segurança comum e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos são basicamente estruturas de cooperação. Esta divisão formal tem implicações directas no funcionamento dos dois novos pilares, que se mantêm totalmente na esfera intergovernamental. O Tratado acabou assim por consignar o gradualismo e a prudência que Portugal preconizava.

A cimeira de Maastricht consagra a Espanha como campeão dos países pobres. A batalha travada em torno da cidadania europeia e do Fundo de Coesão é totalmente protagonizada por Madrid que, aliando a sua defesa dos interesses dos países pobres do sul com posições marcadamente europeístas, adquire um estatuto muito mais importante no seio dos Doze, posição que, devido à sua indefinição relativamente à construção da Europa política, Lisboa não conseguiu alcançar. Agora, ultrapassada a etapa do «chegar a Madrid via Bruxelas», Portugal apercebe-se de que tem vantagens em «chegar a Bruxelas com Madrid».

Novos temas passam então a dominar as cimeiras ibéricas. Para lá de questões bilaterais, Lisboa e Madrid começam a concertar as respectivas posições europeias. O exemplo mais significativo é a Cimeira Ibérica do Funchal, realizada em Dezembro de 1992, na qual os dois países coordenam as posições para o Conselho Europeu de Edimburgo, onde estaria em discussão a aprovação do Pacote Delors II e do Fundo de Coesão.

Para além da elaboração da estratégia a adoptar para a batalha de Edimburgo, das conclusões da Cimeira destaca-se a preocupação comum relativamente à subsidiaridade, expressando Portugal e Espanha o seu receio de que eventuais exageros na sua aplicação pudessem bloquear o funcionamento da Comunidade nas áreas em que uma intervenção colectiva se mostra mais benéfica que a simples abordagem a nível nacional. A política externa consta igualmente da agenda, designadamente a necessidade de aprofundar o diálogo mediterrânico e a preocupação de equilibrar a atenção prestada pela União Europeia aos seus vizinhos, realçando que a cooperação em relação ao Magreb é tão importante como a cooperação externa com a Europa central e de leste, tal como aliás consta das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, em Junho de 1992.

Nesta fase, Portugal parece ter superado a desconfiança face a Espanha. Sucedem-se as declarações relativas ao excelente momento das relações ibéricas, como as do primeiro ministro Cavaco Silva: «Com posições largamente convergentes sobre as grandes questões europeias, o diálogo entre Portugal e Espanha é hoje mais fácil e produtivo. As nossas relações atingiram a velocidade de cruzeiro e têm uma dinâmica autónoma de considerável pujança». As relações entre os dois países já não são consideradas como meramente inerentes ao quadro comunitário: reconhecem-se-lhes fundamentos próprios e a solidariedade ibérica parece ter terreno para crescer.

No entanto, o excelente momento não vai durar muito. A crise económica instala-se na Europa, provocando sérias dificuldades a todos os países.

Na União Europeia, o intenso debate gerado por Maastricht, as dificuldades da ratificação do Tratado, as negociações para o alargamento aos países da EFTA, deixam antever um acréscimo de situações de divergência. Ainda pouco sustentadas, as boas relações luso-espanholas vão sofrer alguns abalos e voltar a ocupar um lugar de destaque nas preocupações políticas portuguesas.

A confiança em recessão

Após uma fase fulgurante no relacionamento entre Portugal e Espanha, tanto a nível bilateral como no seio da União Europeia, eis que regressa a turbulência. No entanto, apesar de voltarem a soar em Portugal as trombetas do inimigo espanhol, estas têm já um som diferente. Por parte do governo português, assiste-se a um refrear do entusiasmo face a Madrid, começando a aparecer sinais de desacordo, apesar de continuar a ser salientada a importância da manutenção de boas relações peninsulares.

Mais do que uma efectiva afirmação das divergências ao nível dos dois Estados, assiste-se ao retomar do discurso anti-espanhol por parte de sectores da oposição portuguesa. Este tipo de discurso pretende ter sobretudo um impacto interno, isto é, pretende desgastar a imagem do governo acusando-o de não salvaguardar os interesses portugueses face a Espanha. Estas acusações têm-se baseado nos três temas centrais do actual relacionamento bilateral entre os dois países: o desequilíbrio da balança comercial portuguesa e o caso Totta-Banesto, que se incluem naquilo que genericamente se designa por invasão económica espanhola, e o plano hidrológico espanhol.

Confrontados com a presença crescente em Portugal de produtos espanhóis, de empresas espanholas, de bancos espanhóis, alguns sectores alertam para o facto de a Espanha estar a conseguir por via económica aquilo que nunca conseguiu por via militar: dominar o país.

Com a adesão à então Comunidade Europeia, os dois países iniciaram um processo de liberalização económica, de acordo com o estabelecido no Acto único Europeu. As quatro liberdades essenciais para a formação de um mercado comum - pessoas, capitais, bens e serviços - introduzem necessariamente alterações nas relações entre os Estados, alterações essas que são mais profundas quando o nível de relacionamento anterior se caracteriza pela quase ausência de relações económicas. A liberalização económica tem assim um impacto profundo sobre o relacionamento luso-espanhol, que deve ser entendido sobretudo como o estabelecimento de relações económicas normais entre dois Estados vizinhos. De facto, a situação anterior à adesão à Comunidade é que pode ser considerada como peculiar. Um tão baixo nível de relacionamento entre dois países vizinhos é uma situação que encontra poucos paralelos.

Se compararmos as relações económicas actualmente existentes entre Portugal e Espanha com as verificadas entre a Alemanha e a Áustria (membro da União Europeia a partir de 1 de Janeiro de 1995), por exemplo, é possível constatar que o grau de integração destas duas economias é bastante mais forte. Da mesma forma, é

sobejamente conhecida a integração económica existente entre a Alemanha e a Holanda, ou entre os países do Benelux.

O desenvolvimento das relações económicas luso-espanholas é assim fruto directo dos processos de abertura efectuados pelos dois países. Estes, por sua vez, estão directamente relacionados com a adesão à Comunidade, mas poderiam não estar. Actualmente, há diversos países no mundo que estão envolvidos em processos de liberalização das respectivas economias sem estarem envolvidos em processos de integração regional. Assim, a liberalização é simultaneamente, no caso dos países ibéricos, uma consequência dos processos de integração e de globalização. Nesse sentido, a entrada de capitais ou de produtos em Portugal, sejam eles espanhóis ou de outra nacionalidade, tem exactamente o mesmo significado.

Aliás, é sempre difícil saber qual a verdadeira origem dos capitais, uma vez que também uma parte significativa das empresas espanholas têm capitais de outros países.

As trocas comerciais sujeitam-se igualmente à liberalização económica. Dessa forma, o que interessa é a competitividade dos produtos e não a sua origem. As preocupações relativamente ao desequilíbrio da balança comercial luso-espanhola devem ter como ponto central a análise da menor capacidade de penetração dos produtos portugueses em Espanha, em vez de culpar os produtores espanhóis pela invasão do mercado português. As novas regras de funcionamento dos mercados internacionais tomam assim irrelevante qualquer tentativa de descortinar estratégias específicas de um Estado em relação a outro. É tão natural que os produtores e os investidores espanhóis encontrem em Portugal o seu mercado de expansão como o inverso.

Aqui, a questão que se coloca é o baixo grau de internacionalização do capital privado português, apesar de os dados confirmarem a tendência normal de expansão para o país vizinho.

Genericamente, estamos assim perante um quadro normal de relacionamento económico entre países vizinhos, num cenário internacional de globalização económica. As possibilidades de aproveitamento político interno é que variam, uma vez que falar de uma «invasão» francesa ou inglesa não tem o mesmo impacto político que falar de uma «invasão» espanhola. Assim, importa tentar perceber porque é que um discurso anti-espanhol é considerado relevante para o debate político interno e, mais especificamente, porque é que o maior partido da oposição, o Partido Socialista, resolveu utilizar este argumento para criticar a actuação do governo. Basicamente, o PS acusa o governo de «vender» o país aos espanhóis, utilizando um discurso que raia, por vezes, um nacionalismo mais extremado.

A utilização deste tipo de argumentos por parte do PS pode ser entendida em termos da necessidade de diferenciação de estratégias políticas face ao governo. Na verdade, o consenso existente entre os dois principais partidos portugueses face à integração europeia e às opções de política externa de Portugal é muito grande, sendo assim difícil ao PS desenvolver um discurso de oposição nestas matérias, actualmente fundamentais para o país.

Mais do que uma reminiscência do perigo espanhol, o discurso socialista pode ser visto como o aproveitamento político de um mal-estar que se instalou em alguns sectores. Perante a recessão económica e as dificuldades de adaptação ao quadro gerado pela liberalização económica e pela competitividade, alguns sectores produtivos, sobretudo na agricultura e na pesca, ressentem-se da entrada de produtos espanhóis, mais competitivos, e começaram a ver afectadas as suas quotas no mercado interno. Igualmente relevante é a adesão do escudo ao sistema monetário europeu, em 1992, com a consequente dificuldade em utilizar alterações cambiais como forma de aumentar a competitividade externa. Assim, Portugal vê-se perante uma situação de entrada de produtos espanhóis, não suficientemente compensada pelo aumento das exportações. O ataque à actuação governativa face a Espanha feito pelo PS pode ser analisado como uma tentativa de capitalizar os sectores mais descontentes, aproveitando ao mesmo tempo o facto de a relação com Espanha ainda suscitar algumas susceptibilidades. Sem nunca pôr directamente em causa as consequências da liberalização económica, responsável por esta situação, o PS procura responsabilizar o governo pela falta de competitividade dos produtos portugueses, tanto no mercado interno como externo, mas, em vez de o fazer abstractamente, utiliza o argumento espanhol, provavelmente convencido de que os cidadãos ainda desenvolvem sentimentos anti-espanhóis.

Resta saber até que ponto é que a utilização política de argumentos anti-espanhóis é consubstanciada pelas atitudes dos cidadãos, ou seja, se estes se sentem de alguma forma ameaçados.

O caso Totta-Banesto reveste-se de características particulares, uma vez que está em causa o funcionamento de algumas instituições portuguesas. Genericamente, a entrada de capitais do Banesto no processo de privatização do Banco Totta e Açores, controlando a maioria das acções, é ilegal, uma vez que a legislação portuguesa impõe tectos para a participação estrangeira no sistema financeiro. No entanto, a própria legislação portuguesa contraria a liberdade de circulação de capitais decretada pelo Acto único Europeu. Desta forma, analisando a questão no âmbito estrito das relações luso-espanholas, estamos perante uma situação essencialmente política, onde mais

uma vez está em causa a «invasão espanhola». A lógica inerente é sempre a mesma: mesmo que seja consequência directa da legislação comunitária, a entrada de capitais espanhóis será sempre politicamente inaceitável, na medida em que «os portugueses jamais estarão dispostos a aceitar que os Castelhanos venham a alcançar pela via do controlo económico o que ao longo dos séculos não conseguiram pela via militar».

O plano hidrológico espanhol é outro dos temas das relações bilaterais que provoca algum desconforto em Portugal. Os maiores rios portugueses têm origem em Espanha e a alteração, em território espanhol, de certos cursos de água tem implicações óbvias em Portugal, bem como, aliás, em algumas regiões espanholas, que já se pronunciaram contra o plano. Se é certo que este assunto tem uma importância crucial, há sobretudo que não querer ver nele mais uma tentativa espanhola de controlar Portugal, desta vez através da água. As relações institucionais entre os dois Estados têm demonstrado vitalidade suficiente para resolver estas questões, sobretudo se forem encaradas numa perspectiva de diálogo. É certo que a elaboração do plano hidrológico por parte das autoridades espanholas revela uma certa atitude de ignorância relativamente a Portugal.

No entanto, não é sustentável exigir-lhes que tenham sempre em consideração as inúmeras susceptibilidades portuguesas. Numa base de entendimento normal e salutar entre Estados vizinhos, não é politicamente sustentável estar sempre a tentar encontrar intenções veladas no que faz o parceiro.

Assentam todos estes argumentos na ideia de que as autoridades espanholas estão a desenvolver uma estratégia, em concertação com as entidades económicas privadas, de controlo de Portugal. Para além de ser muito duvidosa a capacidade de controlo das autoridades espanholas sobre as empresas privadas, é igualmente questionável que as entidades espanholas estejam a tentar invadir Portugal ou sequer a tentar controlá-lo. Para se poder ter uma verdadeira relação de parceria com Espanha, tanto em termos bilaterais como face à participação dos dois países na União Europeia, é fundamental afastar estas ideias do pensamento político português.

A Espanha deve ser encarada como qualquer outro país europeu e, mais do que isso, como um parceiro privilegiado, uma vez que existem muitos interesses em comum.